

SIMPÓSIO AT066

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS SIMULADOS PROPOSTOS AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E OS PROPOSTOS AOS DEMAIS ALUNOS

ANDRADE, Mirelle
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
mirellesouzaandrade@hotmail.com

ASSIS, Karolaine
Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG
keronassisc@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata de uma investigação comparativa entre as avaliações propostas aos alunos com necessidades educacionais especiais e aquelas propostas aos demais alunos. Este relato de experiência faz parte do subprojeto Letras/Português, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES¹, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. A partir da observação das avaliações aplicadas a quatro turmas de 9º ano numa escola pública de Alfenas – MG, surgiu o interesse em analisar os simulados elaborados pela secretaria municipal de educação em preparação para a prova do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Os simulados consistem em dois perfis: um, destinado aos alunos com necessidades educacionais especiais; e outro, aos demais alunos. Percebeu-se uma diferença de abordagem entre os dois perfis, levantando a hipótese de que o simulado especial não esteja cumprindo o papel que a avaliação diagnóstica deve cumprir. A metodologia do trabalho inclui análise comparativa de habilidades presentes nos dois tipos de simulado. O aporte teórico toma as referências de Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015 e 2017), sobre ensino da escrita e da leitura; de Carvalho (2018); além dos documentos oficiais do Estado sobre avaliações de habilidades. Busca-se, portanto, investigar quais habilidades são contempladas nos dois testes e se elas estão compatíveis com o nível idade/série dos alunos. Por fim, espera-se um resultado que contribua, mesmo que de forma modesta, para os estudos linguísticos, assim como para reflexões sobre a preparação das avaliações de caráter especial.

Palavras-chave: habilidades; leitura; Simave; necessidades especiais.

Abstract: The present work deals with a comparative investigation between the evaluations proposed to the students with special educational needs and those proposed to the other students. This experience report is part of the Letters / Portuguese subproject of the Institutional Program of the Initiation to Teaching Grant - PIBID / CAPES, Federal University of Alfenas - UNIFAL-MG. From the observation of the evaluations applied to four groups of 9th grade in a public school in Alfenas - MG, the interest arose in analyzing the simulations prepared by the municipal education

¹ As graduandas são bolsistas do programa financiado pela CAPES.

department in preparation for the Mineiro System for Evaluation of Public Education (SIMAVE). The simulations consist of two profiles: one, for students with special educational needs; and another, to the other students. It was noticed a difference of approach between the two profiles, raising the hypothesis that the special simulate is not fulfilling the role that the diagnostic evaluation must fulfill. The methodology of the work includes comparative analysis of skills present in both types of simulation. The theoretical contribution takes the references of Ferrarezi Jr. and Carvalho (2015 and 2017) on teaching of writing and reading; de Carvalho (2018); in addition to official state documents on skills assessments. It is therefore sought to investigate which skills are covered in both tests and whether they are compatible with the students' age / grade level. Finally, a result is expected to contribute, even modestly, to language studies, as well as to reflections on the preparation of special assessments.

Keywords: skills; reading; Simave; special needs.

Introdução

Este relato de experiência foi motivado pela participação no subprojeto Letras/Português, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, financiado pela CAPES, em uma escola municipal da cidade.

A oportunidade de vivenciar o cotidiano da escola tornou atrativo investigar a forma de avaliar os alunos do 9º ano, especialmente por serem divididos em dois grupos: os alunos com necessidades educacionais especiais, que são chamados de “PDI’s”; e os demais.

Sendo assim, as professoras preparam dois tipos de provas, cada qual ajustada ao grupo a que será destinada. Entretanto, em um dos bimestres letivos de 2018, ficou decidido que todos os nonos anos fariam um simulado com valor de prova. Esses simulados foram feitos pela secretária de educação do município, que sempre os envia como forma de treino para a prova do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.

A escola continuava com a conduta de aplicar provas diferentes para os dois grupos de alunos, mas naquela ocasião, ao invés de fazer outra avaliação para os alunos com dificuldade de aprendizagem, usaram o simulado que era destinado aos alunos do 4º ano. A partir daí surge a hipótese de que o simulado dos alunos com necessidades educacionais especiais do 9º ano não estaria cumprindo com o papel que avaliação diagnóstica deveria cumprir.

Importante destacar que este trabalho restringe-se exclusivamente à análise documental das provas, cujas cópias nos foram repassadas pela professora supervisora do projeto na escola. A identificação dos alunos foi suprimida, mantendo-se apenas a separação em grupos, também feita pela professora. Recebemos, então, dois pacotes com cópias do simulado: um dos alunos com dificuldade e outro dos demais.

1 Habilidades e competência

No que diz respeito ao conceito de habilidade e competência, o trabalho caminha ao encontro das ideias de Carvalho (2018). Primeiramente, sobre habilidade, o autor diz que é o “saber fazer algo” (Carvalho, 2018, p.18).

Pode ser uma ação física ou mental e indica uma capacidade adquirida por alguém. Desse modo, são exemplos de habilidades: analisar, aplicar, avaliar, correlacionar, correr, chutar, identificar, inferir, manipular com destreza, pular, sintetizar etc. (Carvalho, 2011: 59 apud Carvalho, 2018: 21)

Já a competência, ainda consoante a Carvalho (2018), é formada por um conjunto de habilidades.. “a competência é sempre associada a uma função (profissão): ser professor, médico, engenheiro, leitor... Ela se manifesta na ação”. (Carvalho, 2011: 59 apud Carvalho, 2018: 22)

Ademais, a competência deve ser construída por meio da “aquisição, consolidação e desenvolvimento das habilidades” (Carvalho, 2018, p.22). Dessa forma, identificar as habilidades que são dominadas ou não pelos alunos ajuda no direcionamento do processo pedagógico e a avaliação diagnóstica de habilidades é a conduta mais adequada a esse fim..

2. Avaliação diagnóstica de habilidades de leitura

Tendo em vista as noções de avaliação aqui postuladas, cabe agora focar na avaliação diagnóstica de habilidades de leitura, um modelo proposto por Carvalho (2018), que deverá nortear toda a ação pedagógica nas escolas.

A avaliação diagnóstica não é aplicada só como forma de obter nota, ela objetiva “verificar a aquisição, o desenvolvimento e a consolidação de habilidades” (CARVALHO, 2018, p.60) para que os alunos cheguem à construção da competência. Quando aplicada, ela fornece informações acerca da situação dos alunos frente às habilidades avaliadas e, sendo assim, quais delas precisam ser mais trabalhadas pelo professor. Conforme orienta Carvalho (2018: 60), ao fornecer essas informações, a avaliação “propicia também a reflexão e o redirecionamento pedagógico”, garantindo que o aluno consolide as habilidades ainda não dominadas.

Como trata-se de uma abordagem basicamente qualitativa, esse tipo de avaliação leva em consideração as diferenças, mudanças e evolução da aprendizagem dos alunos, procurando sempre compreender qual o processo que levou o aluno a errar ou acertar. A informação relevante não é o erro ou acerto, e sim o trajeto de aprendizagem do aluno.

Por isso, é importante salientar que as avaliações precisam ser bem construídas, permitindo a leitura das informações; e os professores preparados para tomar atitudes frente aos resultados obtidos.

3 Relato de experiência: alunos nomeados PDIs

A educação especial está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da educação, no Art. 58, como modalidade de educação “para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Além disso, a lei também garante que:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p. 31).

Na escola alvo do trabalho, os alunos que precisavam desse serviço de apoio especializado, assegurado pela lei, são nomeados PDI's. Na verdade, PDI é a sigla de Programa de Desenvolvimento Individual, que visa atender individualmente os alunos que estão se distanciando do nível de aprendizagem do restante da turma, com o intuito de que voltem a acompanhá-la tão logo possível.

Então, chamar o aluno com necessidade educacional especial de PDI não nos parece uma conduta adequada porque o nome do programa torna-se uma característica definitiva atribuída ao aluno, ocasionando, segundo Franco (2000: 7), “[...] sentimento de incapacidade por parte dos aprendizes com necessidades especiais”. Os educandos sentem que ser PDI é uma característica que os definirá para o resto da vida, tanto que não é incomum, segundo relato da professora da classe, escutar algum deles falando “não consegui fazer porque sou PDI”. Mas na verdade, o aluno *está* no PDI – Programa de Desenvolvimento Individual e pode sair dessa condição logo que começar a acompanhar o rendimento da turma, não precisando mais do serviço de apoio individual, trata-se de um tipo de “reagrupamento temporário”.

Por ultimo, outra atitude relatada pela professora da classe é que na aplicação das provas, os alunos com necessidades educacionais especiais são retirados da sala e colocados junto de um “tutor”, que não possui preparação, para os ajudar a concluir o teste. Perante isso, o que resta é facilitar a resposta, ou seja, esta é literalmente dada aos alunos para que, no currículo da escola, transpareça a ideia de trabalho concluído. Ademais, é justamente sobre o resultado da análise das avaliações que trata o próximo tópico.

4 – Resultados

A metodologia deste trabalho inclui análise comparativa das habilidades presentes nos dois simulados: dos alunos especiais e dos demais.

Busca-se, portanto, de acordo com a matriz de referência do SIMAVE, investigar quais habilidades são contempladas nos dois testes, e se elas são compatíveis com o nível educacional dos alunos.

Após a análise dos dois modelos de avaliação, descobrimos que a avaliação destinada aos alunos com necessidades educacionais especiais toma por base uma matriz de referência de alfabetização, de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, e não a do 9º ano, no qual eles estão matriculados. Já a prova dos demais alunos está embasada na matriz de referência de habilidades do 9º ano, adequada em relação ao ano escolar que estão.

Vejam os um exemplo de questão destinada ao grupo “PDI”:

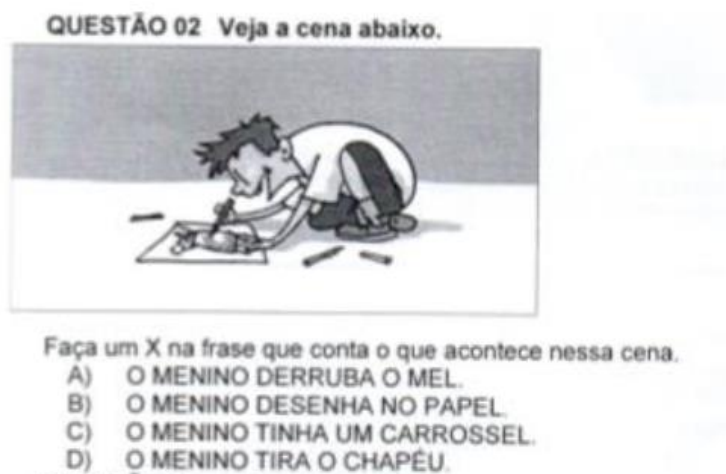


Figura 1: Questão 2, simulado “PDI”

Essa questão aborda a habilidade D04 da matriz de referência de habilidades de leitura - PROALFA 2015 do 3º ano do Ensino Fundamental: ler frases.

Essa descoberta leva-nos a suspeitar de que a avaliação dos alunos com dificuldades não cumpra seu papel de investigar a evolução deles nas aprendizagens desejadas para o ano escolar em que se encontram.. Não sabemos as razões por que a escola age dessa forma, mas supomos que o resultado seja mascarado, afinal, mesmo que o desempenho do aluno especial seja bom numa avaliação como essa, será em nível de 3º ano do EF, e não de

9º ano. Como são avaliados com referenciais de 3º ano do EF, não é possível saber quais as aprendizagens do 9º eles não dominam.

As informações obtidas numa avaliação diagnóstica servem para que o professor redirecione o processo pedagógico, buscando trabalhar mais os aprendizados ainda não adquiridos. Mas como a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais não traz essas informações, parece que eles ficam condicionados a manter sua posição de “PDI’s”, uma vez que não há como o professor saber o que precisam aprender para sair de tal condição.

Dessa forma, talvez pudéssemos afirmar que o ideal é que esses alunos fossem avaliados com a mesma matriz que os demais, para se ter uma noção mais precisa de quais habilidades eles não dominam. Num segundo teste, talvez as habilidades que eles demonstrarem menos domínio poderiam ser avaliadas ou com grau de complexidade menor ou com textos de gêneros menos complexos, mas guardando equilíbrio e parâmetro com a avaliação dos demais.

5 Conclusão

O presente trabalho objetivou realizar uma investigação comparativa entre as avaliações aplicadas aos alunos assistidos pelo Programa de Desenvolvimento Individual (PDI) e as avaliações aplicadas aos demais alunos do 9º ano.

Tendo em vista a hipótese levantada inicialmente, o que se observa frente aos dados analisados é que a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais não parece cumprir o papel de uma avaliação diagnóstica de habilidades. Tal observação pode ser confirmada na análise da prova especial, na qual as questões têm base na matriz de habilidades do 3º ano do ensino fundamental, havendo, portanto, uma discrepância em relação à classe em que os alunos estão matriculados: 9º ano.

Constata-se, portanto, a necessidade de um estudo mais aprofundado, que busque as causas da conduta pedagógica aqui relatada para, se necessário, orientar uma reestruturação na forma de avaliar os alunos com dificuldade de aprendizagem, contando com avaliações que sejam correspondentes ao seu ano escolar. Dessa forma, caberia ao professor averiguar a melhor forma de preparar as avaliações dos alunos assistidos pelo Programa de Desenvolvimento Individual para que o ensino possa ir além da caracterização do aluno como PDI, mas que estes sejam ajudados e incluídos no planejamento de ensino escolar.

6 Referências

BRASIL, Ministério da Educação, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/ldb/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

CARVALHO, Robson. **Ensinar a ler, aprender a avaliar: avaliação diagnóstica das habilidades de leitura**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

FERRAREZI, Celso Jr.; CARVALHO, Robson. **De alunos a leitores: o ensino da leitura na Educação Básica**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

_____. **Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FRANCO, Monique. **Os PCN e as adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais: um debate**, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23851/16824>>. Acesso em: 29 de março de 2019.